

Mais-valia absoluta e mais-valia relativa: uma reflexão sobre na periodização da acumulação de capital no Brasil

Norma Cristina Brasil Casseb (*)

Jason Tadeu Borba (**)

Resumo

O presente ensaio trata da periodização da economia brasileira. O referencial teórico é o processo histórico da autonomização do valor. Para a periodização da economia capitalista brasileira esse ensaio adota os conceitos de predomínio dialético da mais-valia absoluta e do predomínio dialético da mais-valia relativa. A investigação indica que a economia brasileira está em uma condição histórica especial entre a atual predominância da mais-valia absoluta e uma potencial predominância da mais-valia relativa.

Abstract

This essay leads with the periodization of the Brazilian economy. The theoretical referential is the historical process of the autonomization of the value. For the periodization of de Brazilian capitalist economy this essay adopts the concepts of the dialectical predominance of the absolute and of the dialectical predominance of the relative surplus value. The investigation indicates that the Brazilian economy is in a especial historic condition between the actual predominance of the absolute surplus value and a potential predominance of the relative surplus value.

Palavras-chave

Periodização Econômica, Mais-valia Absoluta e Relativa, Economia Brasileira, Padrão de Acumulação

Introdução

Desde o último grande esforço da economia política brasileira nos anos 1950, 60 e 70 de uma leitura compreensiva do desenvolvimento da economia brasileira desde suas origens, hoje, passados mais de trinta anos com grandes e profundas transformações, emerge a necessidade de retomar este percurso¹. O objetivo deste artigo (²) é sumarizar uma abordagem alternativa de periodização do desenvolvimento da economia brasileira à luz do processo de autonomização do valor. Com base em investigações que tiveram início no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e seguintes, os autores apresentam um

* Profa. Titular do Departamento de Economia da FEA-PUCSP/SP e pesquisadora do GECOPOL – Grupo de Pesquisa Economia Política Marxista do Departamento de Economia da FEA-PUC/SP. Email: ncasseb@pucsp.br.

primeiro exercício de periodização do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil que, a despeito do largo tempo de maturação ainda tem caráter preliminar³. Não se trata de recuperar, validar ou não tal ou qual visão ou agenda constante nas obras seminais a respeito da periodização da economia brasileira.

Salientamos que esta se pretende uma exposição da periodização da economia brasileira, que não é nem exaustiva nem conclusiva.

A investigação cujos resultados preliminares aqui são sumarizados fez uso intenso de uma gama dos conceitos marxianos de subsunção formal e real do trabalho ao capital. Não se trata do detalhamento da dialética e dos fatos ligados a cada sub-período, a cada transição histórica, mas é a visão panorâmica a que interessa.

História enquanto processo de autonomização do valor

O objeto de análise é o percurso do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, que nos trouxe da formação econômica colonial até o estágio em que se encontram hoje nesta primeira década do Século XXI. A rica historiografia marxista brasileira, no seu geral, faz uso dos conceitos marxianos ligados à sucessão dos modos de produção. Há, claro, uma preocupação em todo esse esforço com a apreensão da especificidade da formação econômica brasileira, particularmente aquela que determina uma condição “subdesenvolvida” ou “atrasada”. A sobrevivência e manutenção de resquícios “feudais” ou “coloniais” condicionariam o desenvolvimento restrito do mercado interno, a imaturidade do departamento produtor de meios de produção, o caráter precário da intermediação financeira. A atuação do imperialismo em consonância com elites anacrônicas seria o outro elemento a ancorar o subdesenvolvimento, o atraso. A industrialização mais intensa se deu, na segunda metade do Século XX, sem, no entanto, superar as âncoras que impediriam o pleno desenvolvimento das forças produtivas no limite teórico das possibilidades da atual ordem econômica mundial, impedindo a ascensão da acumulação capitalista ao nível das demais economias centrais, retendo a economia brasileira na condição de economia periférica industrializada.

Esforços iniciais se dedicaram a uma re-abordagem com base no referencial da autonomização do valor e faziam uso, na época, dos conceitos de subsunção formal e

^{**} Prof. Titular do Departamento de Economia da FEA-PUC/SP e pesquisador do GECOPOL – Grupo de Pesquisa Economia Política Marxista do Departamento de Economia da FEA-PUC/SP. Email: jasonborba@pucsp.br.

subsunção real do trabalho ao capital, derivados do “IV Capítulo Inédito do Capital”, como conceitos âncora para a periodização do modo de produção capitalista⁴. Mais tarde novas características do padrão de acumulação do capital no Brasil foram incorporadas⁵. A preocupação principal era caracterizar qualitativamente o estágio alcançado então pelo modo de produção capitalista no Brasil, o seu padrão de acumulação. Esforços subsequentes agregaram a compreensão de novas determinações concretas ao padrão de acumulação de capital no Brasil⁶.

Ao mesmo tempo, novas investigações teóricas precisaram o esquema de periodização do modo de produção capitalista em duas fases⁷. O detalhamento do esquema de periodização com base no processo de autonomização do valor pode ser visto no quadro a seguir⁸:

VU		- o produto do trabalho é tão somente valor de uso, coisa útil
M-M (xA=yB)		- o produto do trabalho já é mercadoria - temos a troca direta em que o paradigma xA=yB irrompe historicamente
M-D-M (Produção e Circulação Simples)	- a produção simples de mercadorias corresponde ao largo período de formações pré-capitalistas em que a economia mercantil desenvolve-se em bolsões e no comércio a longa distância, onde a relação trabalho assalariado-capital é eventual e ainda não dominou a produção; seu alargamento já apontará para sua superação histórica no modo de produção capitalista	
	M-D-M	- em M-D-M, a fórmula da circulação de mercadorias requer o dinheiro como mediador das trocas
	D-M-D	- em D-M-D, o dinheiro destaca-se como finalidade no capital mercantil, sendo esta a fórmula geral do capital
	D-D	- em D-D, no capital de usura, o dinheiro é a finalidade em si mesmo, sem mediação mercantil no interior de sua forma
MPC <i>Gemeinwesen</i> do Capital	- a base é a circulação do capital enquanto capital produtivo: D-M - ... P ... - M- D	
	FPM Absoluta	- na FPM Absoluta a tecnologia e os setores fundamentais da economia ainda não formam um todo especificamente capitalista; a mais-

		valia absoluta predomina dialeticamente
	FPM Relativa	- na FPM Relativa a tecnologia e os setores fundamentais da economia formam um todo especificamente capitalista; a mais-valia relativa predomina dialeticamente

Voltaremos mais adiante ao presente esquema para detalharmos alguns aspectos da periodização do modo de produção capitalista (MPC) em Fase de Predomínio da Mais Valia Absoluta (FPM Absoluta) e Relativa (FPM Relativa) importantes para a presente análise.

A hipótese central do esquema teórico deste trabalho é que no âmbito do arcabouço teórico marxista encontra-se amparo para um entendimento da condição histórica atual das economias capitalistas e da economia brasileira em particular: a conceituação de subsunção formal e real deve estar dialeticamente articulada com os conceitos de predomínio da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa.

A adoção da ferramenta teórica do esquema de periodização nos leva à seguinte questão: o processo de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil estaria cumprindo as etapas, fases previstas no esquema teórico geral acima? A partir daí, quais os condicionantes que fazem com que o caso brasileiro se especifique como particularidade na totalidade?

I – Transição de M-D-M para o Modo de Produção Capitalista (MPC)

A periodização geral da economia brasileira até o advento do modo de produção capitalista foi abordada em BORBA E CASSEB, 2009. As condições gerais para o surgimento do modo de produção capitalista amadurecem rapidamente na segunda metade do Século XIX e início do Século XX.

Os grandes investimentos ingleses e de capital nacional na área financeira e de logística mostram que as condições gerais para o modo de produção capitalista estão amadurecendo rapidamente. Legado do período da mineração do ouro e mesmo da dispersão econômica fruto da sua decadência, o Rio de Janeiro é onde se concentram as maiores possibilidades de implantação do novo sistema. Ainda com mão-de-obra escrava, revela-se uma economia mais integrada e integradora.

1.1 - O MPC - subsunção formal do trabalho ao capital

A Lei de Terras formaliza a terra como mercadoria, condição imprescindível para a formação do mercado de trabalho.

No Rio de Janeiro, mas com a logística herdada da economia do ouro e da fixação alí da Família Real e do Império, surgem as condições para a emergência de uma economia mais dinâmica, mais especializada, ainda com base na mão-de-obra escrava.

Por outro lado, a combinação do fim do tráfico de escravos, com a venda daqueles que estavam na economia algodoeira do nordeste para os mercados em expansão do Rio de Janeiro, produziram no nordeste brasileiro a economia semi-feudal que marcará sua história até bem recentemente.

O extremo sul do país a economia do charque e dos meios de transporte que já se integrara aos mercados do sudeste na economia do ouro está disponível para integrar a base logística mais ampla que sustentará a acumulação que se iniciava.

Emergem duas frentes de acumulação: a manufatura e infraestrutura urbana e a economia do café. De pronto a frente empresarial assume a dianteira e o controle do Estado.

Duas condições principais limitavam a acumulação do capital em geral, mas em particular do capital manufatureiro urbano. De um lado a mão-de-obra escrava era uma base muito estreita e incompatível para o estabelecimento do capital manufatureiro em larga escala. Um mercado de trabalho urbano apenas se estruturava e ainda era precário o suprimento de gêneros para a reprodução da força de trabalho livre. A economia cafeeira era a que tinha condições logísticas e apoio do Estado oligárquico de desenvolver-se em detrimento relativo da economia urbana. O café irá estabelecer-se inicialmente nas regiões serranas do Rio de Janeiro para logo adentrar o Vale do Paraíba, ainda com mão-de-obra escrava.

Por outro lado, condições geopolíticas impediram que a emergência do modo de produção capitalista se consolidasse na manufatura urbana; a época de Mauá atesta a potencialidade de um capitalismo manufatureiro; o fracasso desse projeto se dá no bojo de uma definição para o conjunto do cone sul da América Latina. A Guerra do Paraguai tem o condão de impedir o surgimento de um capitalismo empresarial marcadamente urbano no Brasil e de conter o desenvolvimento da burguesia portenha – papel

fundamental desempenhou a Inglaterra no desenho e determinação desse momento histórico fundamental.

O modo de produção capitalista irá emergir no Brasil um pouco depois desta definição geopolítica mais geral, mas com base agrária, onde a cafeicultura que passa da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra semi-assalariada.

O capitalismo agrário terá como base a mão-de-obra do sistema de colonato, ou formas híbridas; com seu sistema misto de assalariamento terá maior condição de suprir-se e ao mesmo tempo suprir a crescente urbanização com gêneros. O sistema do colonato na medida em que se expandia com a economia cafeeira, expandia também a produção de gêneros para o mercado interno; assim como viabilizava e fomentava, pela sua demanda de bens e serviços, a economia urbana.

Por outro lado, a economia cafeeira crescia e nesse crescimento se deslocava, com sua produtividade crescente na medida em que incorporava solo mais rico; somavam-se a esse fator o investimento crescente nesse setor e a defesa governamental da renda cafeeira. Esta será a forma predominante da economia cafeeira até muitas décadas adiante.

O desenvolvimento das condições gerais do mercado de trabalho fizeram com que uma produção manufatureira e de produtos industriais leves surgissem nos grandes centros urbanos, como em Pernambuco, Rio de Janeiro que tinham bases já desde a segunda metade do século XIX e depois, já no século XX em São Paulo.

1.2 - MPC – subsunção real

A subsunção formal põe as condições para a subsunção real do trabalho ao capital⁹. Enquanto o paradigma produtivo da subsunção formal é a manufatura, nos seus diferentes tipos e fases de maturação, o paradigma da subsunção real é a indústria, também com suas mais diferentes formas e fases de maturação.

O principal fator que determinou a ascensão vertiginosa da manufatura e da indústria leve em São Paulo, em comparação com os núcleos manufatureiros e industriais de Pernambuco e Rio de Janeiro, foi o nível muito mais avançado de produção social mercantil e capitalista determinada pela dinâmica do complexo cafeeiro. A manufatura e a indústria leve seguem a esteira da economia do café, sem ter ainda a possibilidade de fundar a produção social. Isso ocorrerá, mais como necessidade e depois como efetividade a partir da crise mundial de 1930.

A indústria terá que passar a ser o fundamento da reprodução social a partir dos anos 1930 e 40. E assim o fará, passando por diferentes fases dos anos 1930 até início dos anos 50, quando começa a estabelecer os fundamentos internos do segmento industrial do

departamento produtor de meios de produção. Desde meados dos anos 50, quando inicia a industrialização de bens duráveis e principalmente nos anos 70, a industrialização completa sua matriz industrial com os três setores básicos instalados, mesmo que com defasagem tecnológica em relação às economias centrais. A industrialização se deu a taxas de crescimento maiores do que as do setor agrícola.

A indústria a um só tempo reage sobre a agricultura que passa a industrializar-se, deixando a fase da manufatura; no entanto, a agricultura responsável pelo custo de reprodução da força de trabalho não atinge o mesmo padrão de concentração e centralização dos ramos agrícolas exportadores, tendo uma modernização muito mais lenta. Assim, a produtividade do setor produtor de alimentos para o mercado interno não acompanha a produtividade do setor exportador, nem tão pouco a produtividade média da economia.

II – Periodização do Modo de Produção Capitalista no Brasil

A industrialização da economia brasileira se dá a ritmos acelerados configurando a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital como fundamento da reprodução social, embora isso não signifique necessariamente a passagem da predominância da mais-valia absoluta (PMA) para a mais-valia relativa (PMR). A indústria interage com a agricultura, mecanizando-a e trazendo a ela recursos mais avançados. Em vários ramos agrícolas estabelece-se a subsunção real do trabalho ao capital. Porém, essa passagem não configurou a ascensão do capitalismo brasileiro ao seu acabamento pleno de modo a alcançar o mesmo dinamismo e condição das economias centrais: a economia brasileira permanece sendo uma economia periférica porém fortemente industrializada.

Para começar a tratar dessa condição específica do padrão de acumulação que impera na economia brasileira é necessário compreender se ela está contemplada pelo esquema geral da periodização que forma a base teórica desse trabalho. A periodização que tem como base os conceitos de subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital é necessária mas insuficiente para caracterizar a especificidade do padrão de acumulação no Brasil, pois esta conceituação trata a grosso modo o predomínio da economia manufatureira vis-a-vis ao predomínio do paradigma industrial. Para

desenvolvermos essa questão detalharemos a seguir a relação complexa e não mecânica entre os conceitos de subsunção real e o de predomínio da mais-valia relativa¹⁰.

2.1 – Teoria da periodização do capital

Os conceitos de partida para tratar o desenvolvimento qualitativo das forças produtivas no MPC foram os de mais-valia absoluta e relativa e sua relação dialética com os conceitos de subsunção formal e real do trabalho ao capital⁽¹¹⁾. A dialética do desenvolvimento das forças produtivas no MPC enquadra-se numa periodização em duas fases: a fase de predomínio qualitativo da mais-valia absoluta (**FPM Absoluta**) e a fase de predomínio qualitativo da mais-valia relativa (**FPM Relativa**)⁽¹²⁾. A industrialização forte pode ocorrer mesmo onde a **fase de predominância da mais-valia absoluta** atinja um significativo grau de desenvolvimento, com alguns ramos da economia já tendo adentrado no paradigma industrial.

Na atual ordem de economias nacionais no mercado mundial encontramos um sistema que na sua grande maioria é composto de economias capitalistas nos mais diferentes graus de desenvolvimento qualitativo e quantitativo. Ao mesmo tempo, a idéia central é a de que a condição em que se encontra uma economia nacional hoje pode ser determinado em termos diacrônicos e sincrônicos, ou seja, a economia está num determinado momento histórico do seu desenvolvimento capitalista e está, ao mesmo tempo, numa posição determinada na hierarquia de economias dentro da divisão internacional do trabalho, ou o que chamamos também de mercado mundial.

Após o seu percurso histórico vindo da comunidade primitiva até o MPC, a economia brasileira está numa determinada posição no mercado mundial, assim como está num determinado momento do seu desenvolvimento econômico.

A FPM Absoluta surge com o próprio MPC, logo que surge como produto histórico dos modos de produção pré-capitalistas, tendo ainda seus processos produtivos determinados pelas tecnologias que têm como princípio a ferramenta na mão do trabalhador direto, agora trabalhador assalariado, mesmo que sob formas híbridas, o que é particularmente importante para o caso do Brasil, como vimos no sistema do colonato na cafeicultura paulista do início do Século XX (BORBA E CASSEB, 2009).

A predominância qualitativa da FPM Absoluta diz respeito à dialética da produção da mais-valia. Desde que haja inovação tecnológica e ganhos de produtividade, mesmo no primeiro momento do MPC, a mais-valia relativa é possível e é obtida; porém, a mais-valia

relativa ainda não predomina, ou seja, não pode produzir todos os seus efeitos no longo prazo, fazendo com que a produção capitalista ainda tenha que se dar com base nos procedimentos da produção da mais-valia absoluta, ou seja, no longo prazo reafirma-se mais e mais o alongamento da jornada de trabalho, o pagamento dos salários abaixo do valor da força de trabalho e intensidade crescente do trabalho e todos os seus corolários na relação capital-trabalho.

O capitalismo manufatureiro irá passar pelas suas mais diferentes fases, tanto na manufatura urbana como na agrícola até produzir as condições gerais para o salto para o capitalismo industrial. Mas o salto para a indústria, que inicialmente se dá nas indústrias de bens leves de consumo (textil, alimentícia, móveis e utensílios, construção civil e etc), não é suficiente ainda para a passagem à fase seguinte, a FPM Relativa. Uma dialética complexa ainda faz prevalecer a FPM Absoluta. Será necessária a incorporação de mais ramos da produção social à subsunção real do trabalho ao capital para que se produza a passagem à fase seguinte.

Para o que interessa a essa investigação, a conceituação acima deve dar conta do fenômeno do capitalismo industrial periférico, onde a industrialização tenha alcançado níveis superiores de predomínio, em que ramos decisivos da economia estejam se reproduzindo regularmente no paradigma da subsunção real do trabalho ao capital.

Características específicas da generalização da subsunção real do trabalho ao capital já se fazem sentir na reprodução social mesmo quando não se completou a passagem da FPM Absoluta para a FPM Relativa: a) é produzida a esfera mais orgânica de um exército industrial de reserva, assim como uma aristocracia operária e um mercado de trabalho complexo nos setores da indústria de transformação, no setor de serviços e na agricultura; a relação capital-trabalho já necessita das instituições organizadoras do mercado de trabalho, com Estado, sindicatos patronais e trabalhistas operando organicamente; b) os ciclos econômicos específicos do capital industrial já começam a determinar a natureza endógena das instabilidades dos mercados, flutuações que mais e mais sincronizam-se com as das economias líderes; c) o Estado passa a ser mais e mais um órgão da reprodução do capital industrial; d) as diferentes esferas da circulação, como a comercialização e a esfera financeira tornam-se mais e mais orgânicas à reprodução do capital industrial; a centralização do capital e a logística moderna destacam-se do sub-período anterior, com alta concentração econômica; e) um proletariado urbano moderno é produzido, junto com seu núcleo duro operário, além das modernas classes médias assalariadas; f) a inserção econômica internacional faz com que a economia assuma

feições típicas das economias mundiais, com sua pauta de importação e exportação assumindo a composição determinada pelo sistema industrial global; g) as economias periféricas industrializadas na medida em que a indústria moderna define-se como pressuposto da reprodução social, nos seus estágios mais avançados acabam por configurar um sistema industrial completo, com o D1, o D2 e o D3 submetidos à subsunção real do trabalho ao capital; h) as relações internacionais passam por várias fases, porém na maturação industrial da FPM Absoluta, as relações imperialistas passam mais e mais a caracterizar a inserção internacional e regional dessas economias periféricas, com uma propensão a integração econômica regional sob uma liderança uma vez chamada por Marini (2000) de “sub-imperialista”; isto quer dizer que de uma integração internacional passiva, uma vez atingido um grau de maturidade no percurso da FPM Absoluta, o processo de reinserção passa a gerar uma geoeconomia e geopolítica pró-ativas; i) a renda fundiária assim como a estrutura fundiária passam a ser mais e mais orgânicas com o processo geral da acumulação do capital industrial.

No complexo gradiente em que se transformou a periferia do sistema capitalista no decorrer do Século XX, o Brasil ocupa um lugar de destaque junto com a Rússia, a China e a Índia, que nesse início de milênio convencionou-se chamar BRICs (BORBA, 2008). Mesmo o centro em si, assim como a periferia, não formam estruturas homogêneas, embora o corte entre centro e periferia se estabelece de modo que a periferia está na FPM Absoluta e o centro na FPM Relativa. Na periferia temos três faixas de economias. Na primeira figurando economias essencialmente agrárias, na segunda economias com algum grau de industrialização principalmente no D2 e na terceira faixa a industrialização conformando um sistema ou seja ocorrendo nos três setores (D1, D2 e D3). Com efeito:

“Nestes países, casos típicos de rápido desenvolvimento, a industrialização inicialmente periférica voltada para o mercado interno e a intensa urbanização não foram suficientes ainda para reverter a predominância qualitativa da produção da mais-valia absoluta (alongamento da jornada de trabalho e pagamento de salários abaixo do custo de reprodução da força de trabalho), caracterizando o que poderíamos chamar de “capitalismo selvagem” ou “subdesenvolvimento industrializado”. Já no centro do sistema ou nas áreas onde se instalou e consolidou a **FPM Relativa**, teríamos o “capitalismo civilizado”. A partir dos anos 60 e 70 do Século XX, vários países da periferia industrializada completaram sua “matriz de relações interindustriais” e, como decorrência, passaram a reverter a predominância de produtos primários tradicionais na sua pauta de exportações. Ao mesmo tempo,

o processo de centralização e concentração da produção, junto com o processo de integração das economias nacionais periféricas sob o predomínio da **FPM Relativa** no mercado mundial, faz com que as dinâmicas econômicas e financeiras dessas economias da periferia mais e mais sejam organicamente adstritas à *Gemeinwesen* do Capital. Estabelece-se uma hierarquia, sob essa base orgânica, em que no vértice tende mais e mais a localizar-se nos países centrais, nos seus principais nódulos financeiros e do mercado de capitais. A reprodução social e econômica dos países periféricos mais e mais fundem-se nessa totalidade hierarquizada do capital social mundial. No gradiente dos países da periferia do sistema, aqueles mais desenvolvidos são os que vão perdendo toda a autonomia relativa na intermediação financeira e na reprodução do material monetário. Embora mantendo sua discriminação nacional, assim como no que toca ao respectivo Estado Nacional e à moeda nacional, essa autonomia do ponto de vista dos graus de liberdade vai se estreitando: o desenvolvimento das forças produtivas vão necessariamente no longo prazo tendendo a uma conformação em totalidade no capital social mundial” (¹³).

No que diz respeito às economias latino-americanas, estas se encontram em graus qualitativos distintos de desenvolvimento histórico das forças produtivas capitalistas, o que explica em parte as características de suas superestruturas e também o imperativo econômico de seus respectivos Estados. O estado nacional venezuelano, por exemplo, tem imperativos históricos distintos do estado nacional brasileiro, mexicano e argentino, equivalentes ao grau de centralização e concentração que cada economia atingiu.

O centro do sistema em termos econômicos é mas homogêneo, sendo que a hierarquia é dada pelo aspecto geoestratégico e geopolítico das cinco economias líderes globais (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Japão).

Como vimos a periferia é já ao final do Século XX uma estrutura complexa de economias capitalistas na sua ampla maioria, em que algumas delas percorreram todas as etapas do desenvolvimento das forças produtivas específicas da FPM Absoluta, produzindo durante todo esse percurso uma superestrutura avançada que, principalmente a partir dos anos 60, teve papel cada vez mais determinante no esforço da acumulação global. Esse arcabouço superestrutural, formatado desde então com os instrumentos e a condução de políticas econômicas, revelou-se, por vezes, ambíguo em relação aos imperativos da acumulação no plano do capital social nacional - este arcabouço definiu-se mais no espaço da acumulação na atual ordem mundial.

Desde os anos 70 o desenvolvimento do capital social nacional no Brasil começou a tensionar-se para a geopolítica e geoeconomia continental e hemisférica. Estava claro que a dialética do desenvolvimento do mercado interno estaria inextricavelmente ligada ao desenvolvimento da reinserção continental e hemisférica, tanto pelo lado da realização como pelo lado dos suprimentos.

2.2 – Intersectorialidade, padrão de acumulação e custo de reprodução da força de trabalho

O padrão de acumulação de capital no Brasil tem raízes e particularidades que têm motivado a economia política brasileira como enigma que insiste em permanecer. Naquilo que mais atrai a atenção da economia política, de atores políticos e de *policy makers*, o padrão de acumulação tem se estruturado de modo a apresentar uma persistente e dramática concentração de renda, com precárias condições de vida para amplos contingentes da população.

Porquê então persiste um perfil tão concentrado da renda? Na história do pensamento econômico brasileiro aventou-se a permanência de traços culturais que fixariam uma índole "perversa" do empresariado brasileiro, comparativamente à índole do empresariado nos países centrais. O mesmo fator cultural é salientado com relação à classe trabalhadora. Pela linha de abordagem metodológica e histórica adotada no presente ensaio, as raízes para tal quadro são profundas, econômicas.

A teoria da periodização econômica de Marx, a partir do processo histórico da autonomização do valor, nos permite obter uma luz sobre esta questão candente. Ainda que as relações de produção antagônicas trabalho-capital se traduzam em relações de distribuição igualmente antagônicas, podem, sob condições específicas, propiciar reprodução e acumulação do sistema com crescimento do salário real ao longo do tempo. Isto é possível por efeito da expansão da produtividade (oferta) dos bens de consumo que formam o custo de reprodução da força de trabalho, ou seja, que formam o salário. Quando essa situação é consistente ao longo do tempo estará se realizando o predomínio da mais-valia relativa, caracterizando o padrão de acumulação especificamente capitalista, ou “capitalismo civilizado”.

Qual o ponto crucial para reter ou desatar uma economia nacional no que diz respeito ao que a economia política chama de questão da distribuição da renda? A acumulação necessita, para gerar o que seria um melhor perfil distributivo, encontrar respaldo na expansão da produtividade nos setores que diretamente ou indiretamente estão envolvidos

na produção de bens-salário e/ou na importação vantajosa desses bens - como foi em termos clássicos o caso da Inglaterra após a revogação da *Corn Law*. Se isso não ocorrer a acumulação de capital passa a depender fortemente do grau de concentração funcional da renda.

Nos países centrais, onde predomina a mais-valia relativa, a concentração da rendas não é incompatível com o aumento do salário real, isto porque o salário real pode crescer desde que a produtividade e a atividade econômica cresçam a despeito do aumento da taxa de exploração.

Um sistema cuja base social para expansão de sua taxa de lucro é a redução do salário real ao longo do tempo, gera dificuldades para a própria continuidade histórica da acumulação capitalista. Conforme Marx, isto se deve aos limites físicos, psicológicos e sociais que tal condição impõe à força de trabalho. Portanto, com Marx podemos verificar que a distribuição de renda é determinada na produção.

Com vimos, Marx periodiza o desenvolvimento capitalista numa análise dialética a partir de uma convivência da mais valia absoluta com a mais-valia relativa. Na sua fase superior, isto é da predominância da mais-valia relativa, Marx (1971) mostra que o aumento consistente da produtividade no setor que produz os bens de consumo popular deve ser pelo menos igual à taxa de produtividade média da economia como um todo. Importante frisar que mais a economia é integrada ao mercado mundial, mais a referência de taxa de produtividade é fixada no conjunto da economia global.

A predominância da mais-valia absoluta implica no alongamento da jornada de trabalho efetiva, salário abaixo do valor da força de trabalho, ou seja no arrôcho salarial, com crianças e mulheres adentrando no mercado de trabalho para aumentar, ou mesmo manter, a renda familiar de subsistência, etc.

No Brasil os trabalhadores trabalham efetivamente além das oito horas diárias regulamentares, o salário médio se encontra abaixo do custo de reprodução da força de trabalho, a frequência do trabalho infantil para aumentar a renda familiar é alta, além da rotatividade do trabalho que equiparada com as condições européias é bem maior (OIT), o grau da informalidade, que tem persistido historicamente em patamares de 45-55%, chegando a 70%, garante uma flexibilização na prática.

Isto decorre do perfil de alocação dos investimentos, que implicam numa dada forma de crescer da economia brasileira que jamais propiciou, em nenhum dos planos de desenvolvimento, o *linkage* necessário de produtividade entre o setor que produz bens salário (D2) e o setor que produz bens de capital (D1)¹⁴.

Considerando o período recente, o setor de bens de capital (D1), completado no IIº PND, não foi dirigido para a produção de bens de consumo popular (D2) assim como o foi para os chamados bens de consumo de luxo (D3), resultando em desproporcionalidade na produtividade relativa entre estes setores.

Em decorrência dessas desproporções os preços relativos dos bens salário e dos bens intermediários sobem em fases de expansão do ciclo econômico, com o aumento da demanda e dos custos de produção, pressionando assim a inflação estrutural, promovendo a queda no salário real. Isto tem se caracterizado como o momento em que ocorre a multiplicação dos gargalos econômicos endógenas, próprios à estrutura produtiva capitalista que ainda não ganhou maturidade.

Nos tempos atuais, com o objetivo aparente de controlar a inflação, tem sido posto em prática um modelo de política econômica que a rigor vem sendo implementado desde os anos 90 nos governos de Fernando Henrique Cardoso e que se acentuou nos governos de Luis Inácio Lula da Silva. Este modelo pressupõe política monetária altamente restritiva, com extorsivas taxas de juros para controlar a demanda agregada e, portanto, o próprio crescimento do PIB, gerando baixas taxas de investimento na economia e elevado desemprego. A economia estaria presa na velha armadilha: o controle da inflação se faz com elevado custo do emprego e do crescimento econômico.

No entanto, a presente abordagem nos conduz a uma outra explicação para a relativa contensão do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas na economia brasileira, onde as escolhas, se dão em verdade em si mesmas restritas por não conduzirem à resolutividade estratégica isto é a uma condução de políticas econômicas que transformem qualitativamente a matriz produtiva nacional favorecendo principalmente as condições gerais que levem ao aumento da produtividade nos setores que produzem bens salário.

As políticas econômicas postas em prática a partir dos anos 90 resultaram em queda expressiva na massa de salário do pessoal ocupado no setor industrial¹⁵; de 1998 a 2006 a queda dos rendimentos médios reais dos trabalhadores brasileiros foi de 23,6% e o salário médio real no período de 1998 a 2007 caiu 19,8%¹⁶. Aqui é importante ressaltar uma das funcionalidades da sobrevalorização da taxa de câmbio, que nos últimos cinco anos foi de aproximadamente 50%, estimulando a importação de bens de consumo e a redução no ritmo de queda do salário real. No entanto, precisa ser enfatizado que o aumento da importação desses bens se dá com a redução do crescimento da produção interna, o que acaba por comprometer o emprego e a renda implicando na manutenção do padrão de acumulação vigente. A internacionalização de parte do custo de reprodução da força de trabalho

(efeito global chamado *made in China*) pela sobrevalorização cambial é mais uma decorrência do próprio modelo, o que acaba reduzindo o ritmo de crescimento do emprego, da produção e, portanto, da renda futura dos trabalhadores.

A participação do setor industrial no PIB vem caindo, ao mesmo tempo em que na esfera produtiva tem aumentado a re-primarização da economia brasileira.

Vemos então que as diretrizes das políticas econômicas adotadas nos períodos recentes vêm a um só tempo expressando as condições gerais do padrão de acumulação, assim como compondo elemento importante da sua reprodução. Do ponto de vista da relação capital-trabalho, a precarização do trabalho de amplo contingente da população brasileira tende a crescer nesse modelo. Isto tudo tem significado que o Brasil, embora industrializado, não consegue dar o salto qualitativo da FPM Absoluta para a FPM Relativa no processo de acumulação do capital. O fator endógeno essencial que permitiria esse salto qualitativo é o *linkage* de produtividade entre os setores produtores de bens de capital e os setores produtores de bens salário:

"A distribuição de renda é basicamente determinada na produção social pelo padrão de investimento da economia. Como enfatizado por Silva (1978), o problema da má distribuição da renda no país não poderá ser resolvido tão simplesmente por política salarial, por mais justa que seja, nem por uma simples política educacional. O problema só poderá ser resolvido se, por uma definição consciente, tentar-se buscar uma forma de organização social que permita modificação no perfil de investimento de tal forma que se favoreçam os ganhos de produtividade do trabalho nos setores produtivos de bens de consumo de massa, isto é, nos bens de salário. Dentre estes, no caso do Brasil no seu atual estágio de desenvolvimento, deve-se dar ênfase à alimentação, habitação, saneamento urbano e rural, saúde, educação e cultura, transporte de massa e outros. O que queremos destacar é que essa modificação no perfil dos investimentos não significa apenas um reescalonamento de prioridades, mas deve implicar numa mudança qualitativa no padrão de acumulação."¹⁷

Além das transformações que devem ocorrer no padrão de reprodução intersetorial, há também grandes mudanças que devem se fazer acompanhar no campo da reinserção econômica, que requerem uma geoeconomia e geopolítica condizentes.

Considerações finais

Neste ensaio introdutório, o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, desde sua origem, pode ser explicado a partir do esquema de periodização segundo o processo histórico da autonomização do valor.

A especificidade histórica do momento atual aponta para a permanência de um padrão de acumulação com base no predomínio da mais-valia absoluta (FPM Absoluta). Isto quer dizer que a possibilidade de um salto qualitativo, admitindo-se o prosseguimento histórico da economia brasileira nos limites do processo de autonomização do valor, é a passagem à fase de culminância do modo de produção capitalista, a fase de predomínio da mais-valia relativa (FPM Relativa).

Ainda na perspectiva da possibilidade da passagem à FPM Relativa, a economia brasileira tem estabelecido, no bojo de uma transição complexa, os contornos específicos da arquitetura de uma possível economia brasileira não periférica. As dimensões demográficas, econômicas e a configuração geográfica da economia brasileira excluem uma série de desenhos, que poderíamos chamar de nórdicos, para a passagem à FPM Relativa. Fatores semelhantes aos da economia brasileira, por exemplo, exercem um efeito retardador estratégico sobre economias como a indiana e a chinesa. O PIB potencial brasileiro, estimado para a eventual condição de predomínio da mais-valia relativa, implica uma série de condições geoeconômicas e geopolíticas que mais se configuram em vetores hemisféricos.

A abordagem aqui empreendida nos trouxe a um entendimento do momento atual como transição, como momento potencial num movimento geral.

De qualquer modo, os tempos históricos têm uma dialética estranha, não linear, surpreendente. Os tempos históricos são hoje, mais do que nunca, tempos globais, tempos da totalidade do mercado mundial. Mais e mais o entrelaçamento estreito de cenários e de mercados num sistema global conforma ambientes complexos onde os estrategistas, *policy makers*, traçam os percursos de desenvolvimento nacionais e regionais.

Bibliografia

- AMIN, Samir. *O Desenvolvimento Desigual*. São Paulo, Forense, 1975.
- AURELIANO, Liana Maria. *No Limiar da Industrialização*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 4a edição (1a edição 1975), Campinas, UNICAMP, 1998.
- CASSEB, N. C. B. *Condições de Reprodução da Força de Trabalho em São Paulo: a Questão Alimentar*. São Paulo, dissertação de mestrado, Programa de Economia da PUC-SP, 1984.

- CASSEB, N. C. B. *Perfil dos Investimentos e Distribuição de Renda na Economia Brasileira (1970-1993)*. São Paulo, tese de doutorado, Departamento de Economia da FEA-USP, 1995.
- CASSEB, N. C.B. *Impacto distributivo do Plano Real sob a ótica macroeconômica*. Relatório Final de Pesquisa - CEPE/PUCSP, 1999.
- CASSEB, N. C. B. *Distribuição de Renda no Brasil: Retrato da Dependência Histórica*. Puc Viva, São Paulo, v. 8, 2000a.
- CASSEB, N. C. B. *Breve Reflexão sobre o Setor Externo na Economia Brasileira nas décadas de 1970 a 1990*. Cadernos Puc de Economia, São Paulo, v. 9, 2000b.
- CASSEB, N. C. B. *Distribuição de Renda na Esfera Macroeconômica: Decisões de Investimento e Bens de Salário*. Revista Estudos Econômicos, IPE-FEA-USP, v. 26, 1996.
- BORBA, Jason T. *O Caráter Histórico do Dinheiro em Marx*. São Paulo, mimeo EAESP-FGV, 1982.
- BORBA, Jason T. *Indivíduo e Capital: uma abordagem a partir de Marx & Jung*. São Paulo, mimeo PUC/SP, 1998.
- BORBA, Jason T. *Autonomização do valor e periodização como fundamento radical da transição: a aufhebung do paradigma histórico/trans-histórico $xA=yB$* . in Revista FEA n° Inicial, São Paulo, EDUC, 1999.
- BORBA, Jason T. “*O Brasil nos Cenários Estratégicos Mundiais*”, in MARQUES, R. e BOCCHI, J. I. (org). *Desafios para o Brasil – como retomar o crescimento nacional*. São Paulo, Saraiva, 2007.
- BORBA, Jason T. “*Protagonismo-mundo no século 21: dialética das ideias globais*”, in ORSO, GONÇALVES, MATTOS (org), “*Educação e lutas de classes*”, São Paulo, Expressão Popular, 2008.
- BORBA, Jason T., CASSEB, Norma Cristina Brasil. “*Um ensaio sobre o Brasil a economia e seus percursos – o processo de autonomização do valor*”. São Paulo, Revista de Economia n.1, Depto de Economia da FEA-PUCSP, 2009 (prelo)
- DIEESE, Convênio Dieese/Seade, Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.
- CAMATTE, Jacques. *Capital et Gemeinvesen: Le 6e Chapitre inédit du Capital et l'Oeuvre Economique de Marx*. Paris, Spartacus, 1978.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1997.
- CHESNAIS, François. *Tempête sur l'économie mondiale: la face financière d'une crise de surproduction*. in Le Monde Diplomatique, Février 1998, pgs. 18 et 19, Paris, Edição eletrônica, 1998.

- COSTA, Darc. *Estratégia Nacional: a cooperação Sul-Americana como caminho para a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro, Aristeu Souza - L&PM Editores, 2003.
- FRIEDMAN, George & LEBARD, Meredith. *EUA x Japão: guerra à vista*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.
- FUKUYAMA, Francis. *Fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961a.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 31ª edição, São Paulo, Cia Editora Nacional, 2002.
- HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª ed. 1997.
- IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed., 1992.
- LENINE, Vladimir Illich. *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*. 1916, in MIA.
- LENINE, Vladimir Illich. *Sobre uma caricatura do marxismo e sobre o "economismo imperialista"*. in LENINE, Vladimir Illich, **Lenine: sobre a libertação nacional e social**. Moscou, Edições Progresso, 1988.
- LUXEMBURG, Rosa. *L'accumulation du capital*. Paris, Maspero, 1976.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis, Vozes/Clacso/LLP, 2000.
- MARX & ENGELS, Friederich. *Ecrits militaires: violence et constitution des États européens modernes*. (Presenté para Roger Dangeville). Paris, L'Herne, 1970.
- MARX, Karl & ENGELS, Friederich. *La crise* (recueil). (traduction, notes et préface par Roger Dangeville). 10/18, n° 1266, Paris, Union Générale d'Édition, 1978.
- MARX, Karl & ENGELS, Friederich. *La Russie* (recueil). (traduction, notes et préface par Roger Dangeville), 10/18, n° 874, Paris, Union Générale d'Édition, 1974a.
- MARX, Karl & ENGELS, Friederich. *Sobre a China*. Porto, Escorpião, 1974b.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich & LENIN, Vladimir Illich. *Escritos Militares*. São Paulo, Global, 1981.
- MARX, Karl & ENGELS, Friederich. *La crise* (recueil), (traduction, notes et préface par Roger Dangeville), 10/18, n° 1266, Paris, Union Générale d'Édition, 1978.

- MARX, Karl. *Le Capital - Critique de l'économie politique*. Livres I (trad. Joseph Roy), II et III, Paris, Éditions Sociales, 1976.
- MARX, Karl. *Un chapitre inédit du Capital*. (traduction, notes et présentation par Roger Dangeville). 10/18, n°s 532 e 533, Paris, Union Générale d'Édition, 1971.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, sd.
- RANGEL, Ignácio. *A Inflação Brasileira*. 5a edição (1a edição 1963), São Paulo, Bial, 1986.
- RANGEL, Ignácio. *Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 2a edição (1a edição em 1957), São Paulo, Bial, 1990.
- ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse*, 2ª ed., México, Siglo Veintiuno, 1979.
- ROUBINE, Isaak Illich. *Essais sur la théorie de la valeur de Marx*. Paris, Maspero, 1978.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo, Globo, 2000.
- SILVA, Adroaldo Moura da. *Distribuição de renda e senso comum*. Ensaio Econômico. São Paulo, IPE-USP, Séries IPE Monografias n° 10, 1978.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1967.
- TAVARES, Maria da Conceição, *Império, território e dinheiro*, in FIORI, José Luis (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 1997.
- FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.

Notas

¹ Ver o esforço de retomada da periodização da economia brasileira por TAVARES (1999) que parte de paradigma distinto ao deste trabalho.

² Ao longo de um período particularmente longo de gestação e maturação mínima das teses e hipóteses aqui apresentadas, uma larga série de trabalhos parciais e interlocuções riquíssimas se deram, o que torna impossível uma referência detalhada nesta oportunidade. É inestimável a contribuição para esse trabalho obtida dessa forma. Fique claro que os erros, insuficiências e omissões que permanecem devem-se exclusivamente aos autores.

-
- ³ Neste nível da investigação far-se-á uso, para traçarmos a periodização referencial, entre outros das obras de Prado Jr. (s/d), Furtado (2002), Rangel (1986, 1990), Cano (1998), Aureliano (1981) para o período colonial, imperial, República e período Vargas.
- ⁴ CAMATTE (1978), BORBA (1982) e CASSEB (1984).
- ⁵ CASSEB (1984, 1995).
- ⁶ CASSEB (1996, 2000a, 2000b).
- ⁷ ver BORBA (1999, 2007).
- ⁸ ver BORBA (1999, 2007).
- ⁹ MARX (1971).
- ¹⁰ Esta periodização do modo de produção capitalista em duas fases, a da FPM Absoluta e a FPM Relativa foi desenvolvida mais em detalhe em BORBA (2007), com base na qual faremos a síntese a seguir.
- ¹¹ Estes conceitos foram desenvolvidos em “O Capital” e no chamado “VI Capítulo Inédito do Capital” (MARX, 1971).
- ¹² Para maiores detalhes dessa conceituação ver BORBA (2007).
- ¹³ BORBA (2007).
- ¹⁴ Vide CASSEB (1984, 1995 e 1999)
- ¹⁵ CASSEB (1999)
- ¹⁶ DIEESE (2007), PED - corresponde ao total das RGM de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal.
- ¹⁷ CASSEB (1984:3).
-